

A CONQUISTA DO PARAGUAÇU: entre o colono que avançava e o indígena que resistia (1671-1674)

Antonio Marcos de Almeida Ribeiro *

Resumo: O presente trabalho trata-se da versão narrativa da Conquista do Paraguaçu. Compreendendo como o indígena Maracás, durante o processo histórico colonial, se inseriu nos conflitos, denominados “Guerra dos Bárbaros”, nos sertões da Capitania da Bahia no século XVII. Percebendo, dessa forma, as intrincadas relações estabelecidas entre o colono que avançava e o indígena que resistia. Dentro do contexto das características e especificidades da história local identificando as motivações e estratégias militares utilizadas de ambos os lados do conflito. A pesquisa parte do diálogo multifacetado referenciado que basicamente justifica a situação colonial e seu projeto de expansão, suas motivações e interesses nos espaços dos indígenas Maracás.

Palavras-chave: Índio colonial, guerra dos bárbaros, conquista.

Primórdios da conquista

Os primórdios de penetração efetiva na região do médio Paraguaçu com intenções de povoamento vão ocorrer a partir de meados do século XVII. Os indígenas Maracás identificados ali há muito tempo “resistiam ao avanço da fronteira pastoril, causando problemas aos moradores das freguesias do Recôncavo Baiano” (PUNTONI, 2000, p.90)¹. O então governador Afonso Furtado de Castro do Rio Mendonça em 1671 cita os vários prejuízos sofridos por essas hostilidades:

Portanto seriam repetidas, e danosas a conservação desse Estado, as hostilidades, as mortes, roubos, dezamparos de fazendas, e destruição de famílias, escravos que os Barbaros costumam fazer no reconcavo desta cidade, e villas circuvizinhas, e se estão padecendo há tantos annos, sem os poder reprimir, nem as varias entradas que se tem feito ao sertam, sem nunca conseguir effeito, nem a Inffantaria que ordinariamente nas partes mais acomodadas a sua deffença².

Os indígenas mencionados que faziam investidas nas fazendas do baixo Paraguaçu eram oriundos da serra do Orobó, compreendendo a atual região entre os municípios de Itaberaba e Rui Barbosa na Bahia. Esses descimentos estavam cada vez mais frequentes causando grandes prejuízos na economia regional. Naquele momento era preciso uma resolução efetiva, pois essa região merecia devida atenção pela sua força produtiva e importância na expansão da economia colonial, como afirma Maria Hilda Baqueiro Paraíso (1994)³:

O Vale do Paraguaçu era o caminho das boiadas que abasteciam a zona açucareira e o Baixo Recôncavo, garantia o fornecimento de gêneros alimentícios, principalmente as farinhas, madeira para as construções e as caixas de exportação do açúcar.

Desde 1657 numa tentativa de impedir essas constantes invasões o Governador-Geral Francisco Barreto de Meneses ordenava a construção de casas fortes com objetivos bem específicos de policiar a região. Esse empreendimento marcaria o início da Guerra do Orobó (1657-1659) um dos desdobramentos da Guerra dos Bárbaros. As construções foram recomendadas num esforço para reprimir os indígenas, sendo assim, os conflitos na região intensificavam gradativamente a medida que se construía as casas fortes:

[...] se tem entendido, que o meio mais efficaz de se evitarem as hostilidades, que o Gêntio barbaro costuma fazer nas freguezias de Paraguassú, Jaguaripe e Cachoeira, é fazerem-se no sertão algumas casas fortes em que esteja Infantaria bastante a destruir as Aldeias, e segurar a Campanha, e para se conservarem com a permanencia que pede a importância desse intento, conven se abra um caminho de carro desde a Cachoeira te a borda da matta da Serra do Orobó, donde fabrica casa primeira forte⁴.

As investidas de Gaspar Adorno e Thomé Dias Laços em 1654 e 1656-57 não surtiram o efeito desejado em reprimir o gentio bárbaro. As formas de guerrar dos indígenas em alguns momentos se sobressaia aos sertanistas. Como foi atestado “Esta não é guerra de concertados batalhões, mas de desconcertados e intempestivos assaltos” (SCHWARTZ & PÉCORA, 2002, p. 135)⁵. As tropas que guarneciam as casas fortes por um longo tempo já estavam “cansados” havia alta taxa de mortalidade e escassa provisões. Com essa série de dificuldades o combate não era efetivo precisava-se de uma força mais eficiente.

A chegada dos paulistas

Para o govenador Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça esse esforço era como “ultimo remédio [que] mandou este Governo buscar a capitania de Sam Vicente alguma Gente da cidade de Sam Paulo, como tam acoztumada a vencellos, e sugeitalos com pessoas de mayores experiências, e vallor⁶”. Essas “mayores experiências” estavam na maneira como os paulistas combatiam utilizando as mesmas estratégias dos indígenas, isso dizia respeito a arte da guerrilha com que os paulistas estavam acostumados. A conquista não tinha sido eficiente

“por falta de pessoas inteligentes” como mencionou o governador. Com a chegada dos paulistas os rumos da guerra mudariam drasticamente.

Atendendo ao pedido os navios com os sertanistas saíram de Santos em junho de 1671 rumo a Bahia e a campanha se estenderia até 1674. Estevão Baião Parente e Manoel Braz Rodrigues Arzão saíram praticamente ao mesmo tempo de São Paulo com duas grandes bandeiras, mas devido aos contratemplos do mar ocorreu um atraso na nau de Baião Parente.

Com os paulistas agregou-se uma força militar que durante os anos de 1671 a 1674 que saía “sempre victorioso”. Cachoeira naquele momento servia como espécie de quartel general onde partiam todas as campanhas. Em 1671 o roteiro de guerra de Baião Parente “penetrou o sertão, por “Cachoeira, seguindo o Paraguassú, e pelo Orobó até a serra da Jacobina” (VIANNA, 1935, p.35)⁷. As expedições deveriam “agregar, assy brancos como Indios, para a dita conquista dos Barbaros⁸”. O sucesso dos paulistas dependia em grande medida do conhecimento indígena local que os auxiliavam. Esses índios seriam os aliados que estavam em aldeamentos. Maria Hilda Baqueiro Paraíso (1985, p. 22)⁹ fala que: “Os Kiriri-Sapuyá eram usados, basicamente, para combater os Maracá e os Payayá, guarnecer as estradas do sertão e servir de guias para a descoberta das minas de salitre”. Provavelmente eram esses indígenas que guiavam e combatiam ao lado dos sertanistas paulistas os índios Maracás.

Baião Parente operava no Recôncavo e áreas do rio Paraguaçu na margem direita, João Amaro, seu filho, em Cayrú, e Boipeba. Braz Rodrigues Arzão operava na margem esquerda do Paraguaçu. No vale do São Francisco, Rodrigues de Carvalho e Francisco d’Avilla. Utilizando as casas fortes e as técnicas de guerrilha os sertanistas faziam um cerco que nas palavras de Urbino Vianna (1935, p. 36)¹¹:

A bugrada teve que submeter-se: dezenas de aldeias foram-lhe queimadas. Inumeros os mortos; os escapos reduzidos à escravidão, trazidos para o litoral, onde foram vendidos ou enviados a São Paulo, via marítima. Até chegarem á Bahia mais da metade pereceu de “uma quasi peste”.

Cristina Pompa (2003, p. 22)¹⁰ coloca que “a resistência não se dá apenas em termos de revolta, mas também de estratégias de mediação, de adaptação e reformulação de identidades, de construção de novas formações sociais e culturais”. Os indígenas nesses sertões elaboraram diferentes formas de resistência ora no formato dos Kiriri-Sapuyá através de alianças, ora da forma dos Maracás considerados nesse momento hostis. As guerras acompanhavam sua desestruturação social com a destruição de suas comunidades e fugas para outras regiões

desconhecidas quando desbaratados. Preferiam o enfrentamento a deixar seu habitat. Era uma nova configuração das antigas relações ante o avanço da conquista do sertão.

Condições alimentares na guerra

Os hábitos alimentares na guerra eram peculiares e respondiam a dinâmica que o momento exigia. Dos dois lados havia uma dieta em comum. É provável que os indígenas Maracás suportavam as longas batalhas com a farinha de peixe chamada também de farinha de guerra que originalmente era utilizada para durar nos tempos de seca e nas prolongadas jornadas. A receita era simples, após pescar, salgar e triturar os peixes misturava com a farinha de mandioca. Convém ressaltar que farinha de guerra era um termo genérico para a farinha seca e com ela fazia-se outros produtos como diz Sebastião da Rocha Pitta (1952, p. 19)¹²:

Esta farinha se faz de vários modos: fresca, que dura só dois dias, e é de maior regalo; fina de que se usa nas mesas com diversos nomes, uma de pitanga, outra de tapioca, e a que chamam de guerra, que é o pão de munição dos soldados, sustento de gente vulgar. Todas, excepto a primeira, saindo do fogo bem cozidas e guardadas em pares secas, duram um ano com o próprio gosto, e seis meses os beijus, que sempre fazem de farinha fina.

O sertanista se sustentava com a “passoca”. Cujas receitas, socava no pilão a carne seca com farinha, levando consigo nas operações do sertão. Nas condições de guerra os paulistas não só adotavam as táticas de batalha, mas também os hábitos alimentares dos indígenas: “não só de cobras e outros bichos que rastejam, mas ainda de sapos, ratos, raízes” se alimentavam (HOLANDA, 1995, p. 56)¹³. Além das carnes “ditas imundas” sempre acompanhadas com farinha.

A água também era escassa e entre as formas de matar a sede existiam as plantas típicas capazes de armazenar água em suas raízes, por exemplo, o umbuzeiro bem adaptado a essas regiões. Os gravatás, planta da família das bromélias, com suas largas folhas também armazenavam água servindo para saciar a sede naqueles sertões. Alcântara Machado (1965, p. 238)¹⁴ ainda acrescenta “à mingua de água para beber, se dessedenta com o sangue dos animais, o suco dos frutos, a seiva das folhas e das raízes”. A necessidade extrema fazia aquela “gente beber sua própria urina” (SCHWARTZ & PÉCORÁ, 2002, p. 143)¹⁵. Se a sede era constante as alternativas eram das mais variadas em tempos como aqueles.

Esse era basicamente o cardápio em época de guerra, pois nem sempre as expedições tinham as ideais condições para atuar por mais “que esses mattos sejam mais povoados de caça”¹⁶. A natureza poderia oferecer mantimentos, mas os sertanistas não poderiam depender exclusivamente disso. Para o sucesso da campanha o fornecimento de provisões deveria ser pontualmente entregue, o que não ocorria com frequência. O atraso constante fazia com que os paulistas se dispusessem com que a natureza lhes oferecia.

Portanto, a farinha era um produto de suma importância para abastecer as tropas e as vilas e freguesias contribuía com cotas estabelecidas. Em 1654 nas Jornadas dos Sertões, antes da chegada dos paulistas, várias cartas eram enviadas cobrando que “[...] não pode faltar cousa tão forçosa como é o sustento dos soldados [...] a cousa tão necessária, que com ella se livram das vexações, que dizem padecem das diligências que se fazem”¹⁷. No gabinete do governador, chegava constantemente correspondência dos capitães cobrando mais farinha e cartas das vilas pedindo isenção que por vezes estava acima do que podiam sustentar. Naquele momento abastecer as tropas era de vital importância como estratégia para o sucesso da missão. A resposta mais comum era:

[...] tantos annos ha na contribuição das farinhas para o sustento ordinario da Infantaria desta praça, e pelas muitas necessidades, que me disseram padecem desejei com encarecimento isenta-los da obrigação desse conchavo: porem não foi possível achar remedio sem que elle se prossiga¹⁸.

O indicativo é que com a chegada dos paulistas essas contribuições não cessaram. O Governo-Geral não poderia assumir todas as despesas, pois achava-se “exausta a real fazenda, causa que precisara ao governador a fazer um pedido às pessoas ricas e principais para ajuda do gasto daquela empresa” (PITTA, 1952, p. 295)¹⁹. A guerra movida aos indígenas era de interesse comum e de utilidade pública por isso:

Acudiram com equivalentes contribuições os generosos ânimos dos moradores da Bahia para aquele empenho, como costumam em todos os do serviço del-rei e do aumento da pátria. Dos seus donativos se recolheu importante soma, competente à necessidade do exército, que se compunha de Paulistas e soldados do presídio da Bahia, e foi entregue ao governo de João Amaro. (PITTA, 1952, p. 295)²⁰.

Em novembro de 1672 a conquista estava em andamento e as tropas ainda deveriam permanecer no local mesmo com escassez de mantimentos e doenças entre os indígenas aprisionados. A constante falta de alimentos e remédios tornava-se um agravante sério. Com

atraso as sacas que chegavam não eram suficientes. O “padecimento²¹” da farinha, o lento deslocamento dos comboios fazia da conquista penosa e agravante. Para isso “a condução das farinhas” era importante e sua pontualidade nos suprimentos era imprescindível. O abastecimento regular fazia parte da estratégia, e a farinha um item essencial para o sucesso do empreendimento.

A consolidação da conquista

A missão que envolvia conquistar as aldeias finalmente “venceram em 1673 os índios de Maracás e do Orobó”. E “os Índios aprisionados foram remetidos para a casa Forte do Paraguassú e logo após para Ibituruca e Piranhas²²”. O governador já fazia as congratulações com promessas de recompensa: “[...] a ultima felicidade com que desejo ver consummado o allivio da Bahia, e a Vossa Mercê e mais (*) o merecimento desse serviço [...]”²³.

Após longos combates ainda existia a possibilidade de reajuntamento dos indígenas remanescentes dispersados. Por isso a efetivação da missão passava com o projeto de construção de vilas nesses locais como forma de prover segurança e constante vigilância da região, além dos benefícios em termos de produção para o fisco do Estado. O Governador tinha pressa:

Portanto convém mandar com toda brevidade fundar a Villa e povoação de Santo Antonio da Conquista que tenho encarregado ao Governador Estevão Ribeiro Baião Parente para se assegurar com ella a quietação dos moradores dessa Capitania e evitar que possam em algum outro tempo tomar outros Barbaros a habitar aquellas terras além de se augmentar o Estado e crescer com o beneficio publico a Fazenda de Sua Alteza²⁴.

Em 1673 o governador da conquista Estevão Baião Parente passou uma lista das coisas que seriam necessárias a princípio para o povoamento. Percebe-se que a maioria dos objetos possui caráter bélico. A proteção e segurança no local ainda era motivo de preocupação e percepção de não baixarem a guarda. Mesmo com o término dos combates existiam os riscos que todo pós guerra possui. Além de materiais solicitava pessoas especializadas para prestação de serviços necessários. Eis o teor da lista:

As cousas necessária para a Conquista do Sertão:

6 barris de pólvora que tenham 21 arrobas e 12 libras;

10 cunhetes de balas de 4 arrobas cada um;
22 arrobas, 24 libras de munição com seus cunhetes;
50 barrilinhos de pau para água;
Uns folles;
Uma bigorna;
Uma tenaz;
Uma dúzia de limas de ferro;
8 libras de aço para levar a jornada do Sertão e guerra do Gentio.

[...] que haja officiaes de arte mecânica para tudo que for necessário para o bem daqueles moradores [...] E Manuel Pessoa official de Barbeiro que ora vae em companhia do dito Governador fica alistado na Casa dos Contos²⁵.

Manuel Pessoa era o responsável em ajudar na fundação da nova vila com seus conhecimentos técnicos. Dentro das prerrogativas sua função também exigia “ensinar o dito officio de barbeiro a dois ou três Indios mais idoneos para a dita povoação vá em crescimento²⁶”. Esses índios idôneos foram trazidos de aldeamentos no intuito de ajudar a povoar e construir. A formação dessa vila deveria obedecer certos parâmetros tendo “contudo um minimo de oitenta moradores e Igreja” (TAUNAY, 1995, p. 177)²⁷. Além de uma grande plantação ao redor por “ser paragem de cem leguas de despovoado” (p. 176).

Pouco tempo depois Estevão Baião Parente faleceria em Salvador em 1677 como afirma Basílio de Magalhães (1944, p. 193, 194)²⁸. Affonso Taunay informa sobre sua morte ocorrida em 1679 (1995, p. 287)²⁹. Seja como for, com isso a vila deveria passar a seu filho primogênito. Ao que indica João Amaro Maciel Parente reiniciou a obra que seu pai havia deixado em 16 de maio de 1696 desse momento em diante a vila que era invocada como Santo Antônio da Conquista passou a ser denominada João Amaro em referência ao herdeiro ficando assim firmado:

[...] oitenta moradores com Igreja, com mais que toca as Villas que se erigem de novo fazia Villa, e que fosse Donatário della, e lhes ficasse de juro e herdade para elle, seus filhos e sucessores em satisfação de tudo e do mais que por parte do mesmo João Amaro Maciel se representou de que principiando Seu Pay, povoação em huma paragem que tinha ganhado ao gentio visinha ao Rio Paraguassu em que tinha feito Igreja, e havendo dado principio a algumas Casas e Currais os não acabou de falecer. Hei por bem fazer-lhe Mercê, além de outras que pellos mesmos respeitos lhe fiz do Título de Donatário da mesma Villa que o dito Seu Pay começou a erigir de novo com as mesmas obrigações e na mesma forma concedida a Seu Pay pella referida portaria de dezanove de Março de seisentos e setenta e quatro³⁰.

No distrito de João Amaro, que fica no município de Iaçú, há um suposto túmulo homônimo com os seguintes dizeres “Aqui jaz João Amaro (1636-1728) grande entradista e fundador desta vila”. Essas datas indicam o bandeirante com 92 anos vividos. As informações dos escritos de Taunay (1995, p. 293)³¹ e Franco (1954, p. 284)³² apontam seu sepultamento em 1721 na matriz da igreja do arraial de Guarapiranga em São Paulo. Seja como for, essa invocação pode indicar um túmulo simbólico em homenagem ao seu fundador como espécie de demarcação da memória local. Uma representação física visível na localidade para lembrar os dias outrora da conquista do Paraguaçu.

NOTAS

* Antonio Marcos de Almeida Ribeiro é graduando em História pela UNEB/Campus XIII. Trabalho sob orientação da Prof^a Ms. Izabel de Fátima Cruz Melo. Email: macribial@yahoo.com.br

¹ PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec/ Editora da USP/ Fapesp, 2000 (Estudos Históricos, 44).

² Documento Histórico do Arquivo Público do Estado da Bahia Vol. 3, p.192.

³ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro Paraíso. *De como se obter mão de obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII*. In: *Revista de História*. São Paulo, nº. 129-131, ago-dez/1993 a ago-dez/1994.

⁴ Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia. Vol. IV p. 49,50.

⁵ SCHWARTZ, Stuart B. & PÉCORRA, Alcir (orgs.). *As excelências do governador. O panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes. Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

⁶ Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia Vol. III p.192.

⁷ VIANNA, Urbino de Souza. *Bandeiras e sertanistas bahianos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

⁸ Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia Vol. III p.192.

⁹ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro Paraíso. *Os Kiriri Sapuyá de Pedra Branca*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1985.

¹⁰ POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil Colonial*. Bauru: Edusc, 2003.

¹¹ VIANNA, Urbino de Souza. *Bandeiras e sertanistas bahianos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

¹² PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. São Paulo: W.M Jackson Editores, 1952.

¹³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos de fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹⁴ MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Martins, 1965.

¹⁵ SCHWARTZ, Stuart B. & PÉCORRA, Alcir (orgs.). *As excelências do governador. O panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes. Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

¹⁶ Documento Histórico do Arquivo Público do Estado da Bahia Vol. VIII p. 307.

¹⁷ Documento Histórico do Arquivo Público do Estado da Bahia Vol. III p. 205.

¹⁸ Documento Histórico do Arquivo Público do Estado da Bahia Vol. III p. 207.

¹⁹ PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. São Paulo: W.M Jackson Editores, 1952.

²⁰ Op. Cit.

²¹ Documento Histórico do Arquivo Público do Estado da Bahia Vol. VIII p. 306-309.

²² Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia Vol. IV p. 234.

²³ Anais do Arquivo Público da Bahia Vol. VIII, p. 308.

²⁴ Documento Histórico do Arquivo Público do Estado da Bahia. Vol. VIII, p. 175,176.

²⁵ Documento Histórico do Arquivo Público do Estado da Bahia. Vol. VIII, p. 184, 185.

²⁶ Op. Cit.

²⁷ TAUNAY, Affonso E. *A guerra dos Bárbaros*. Mossoró, RN: ETRN/UNED, 1995.

- ²⁸ MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Epasa, 1944.
- ²⁹ TAUNAY, Affonso E. *A guerra dos Bárbaros*. Mossoró, RN: ETFRN/UNED, 1995.
- ³⁰ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Livro nº 60 da Chancelaria de D. Pedro II. Alvará de João Amaro Maciel Parente – fls. 2v/3v.
- ³¹ TAUNAY, Affonso E. *A guerra dos Bárbaros*. Mossoró, RN: ETFRN/UNED, 1995.
- ³² FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil: Séculos XVI, XVII e XVIII*. São Paulo: Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo/Serviço de comemorações culturais, 1954.